

Primeira parte

**Da profissionalidade à militância:
os psiquiatras nos meandros da razão**

Capítulo I

Profissões e mudança sistêmica na modernidade em Parsons

1. Nos labirintos da teoria da ação

Talcott Parsons (1902-1979) é um autor extremamente importante para a reflexão sobre a ordem social e os processos sociais que garantem sua continuidade, harmonia e estabilidade (Hamilton, 1989:25). Sua produção resultou no esforço de compreensão sobre ação social, sistemas e processos de mudança, mesmo que tendendo a uma visão evolucionista.

A obra de Parsons é dividida pelos seus comentaristas em até três fases de evolução conceitual. A primeira fase seria a do enfoque na constituição de uma teoria voluntarista da ação social e teria como marco a publicação de *A estrutura da ação social*, de 1937. A segunda fase teria como característica uma maior preocupação com a interação, com a emergência do estrutural-funcionalismo e com a teoria de sistemas, cuja obra de referência seria *O sistema social*, publicada em 1951. A terceira fase seria a do aprofundamento do modelo sistêmico (AGIL), no qual desenvolve a idéia de meios simbólicos de troca e que se apresenta carregado de dedutivismos e formalismos, que seriam os principais *pecados* de Parsons, segundo a crítica corrente nas ciências sociais (Domingues, 2001:71). O tema das profissões emerge já na chamada primeira fase¹, em 1937, segundo Almondo (1998:152), sendo posteriormente retomado de modo sempre acumulativo.

Esse notável sociólogo foi alvo de duras críticas, boa parte delas atribuída ao seu caráter conservador, antes que à validade, coerência e adequação de sua obra. Esta significa um marco, um divisor de águas, em relação às visões que fragmentam o cenário societário, reduzindo-o a fenômenos de agregação, no qual passam a existir apenas indivíduos *interessados*, que se orientam de forma adaptacionista, pela via do reforço, ou utilitarista, pela via da maximização de ganhos, como professavam o pensamento econômico clássico e a psicologia behaviorista.

Parsons milita, enfaticamente, contra o individualismo empiricista, especialmente em *A estrutura da ação coletiva* (de 1937). Ele identifica uma tensão entre constrangimentos (estruturas condicionantes) e voluntarismo (subjetividade e agência). Valoriza a dimensão voluntarista e compreensiva da ação, apesar de não

¹ No artigo "Education and professions", publicado no mesmo ano de *A estrutura da ação social*.

negar a importância da coerção social e de, nas produções mais tardias, enfatizar, progressiva e excessivamente, a estrutura sistêmica no paradigma das quatro funções (adaptação, consecução de metas, integração e manutenção de padrões – AGIL).

Como bem observa Hamilton, citando Steven Savage, "o mérito da sua obra está no fato de que ele procurou responder a questões que outros sequer viram a possibilidade de formular" (Hamilton, 1989, 27).

Parsons sintetiza o tema de trabalho, ao qual se dedicou academicamente, como: "a análise teórica generalizada dos fenômenos da ação humana, com especial interesse por seus aspectos sociais – isto é, a teoria do sistema social" (Parsons, 1984:28). Ele enfatiza a análise dos sistemas sociais, mas de forma articulada com os sistemas de personalidade e sistemas culturais, dialogando com diversos campos, como história, economia, biologia, medicina, psicologia social e psicanálise.

Acompanhar Parsons no desdobramento dos seus conceitos e apreender seu significado não é tarefa simples. Suas elucubrações conduzem o leitor por uma trajetória labiríntica. Quando se tem a impressão de estar próximo da saída, defrontamos-nos, mais uma vez, com o desafio de uma nova formulação, re-presentações dos esquemas conceituais, que ora exaure, ora reanima. Em seu vasto horizonte de interesses, um dos principais problemas que persegue seria o da articulação, em um mesmo sistema analítico, entre o universalismo estruturante da racionalidade cognitiva e o particularismo do status da emoção, dando destaque para :

- a questão dos papéis de forças racionais e não racionais na determinação da ação, na qual se encaixa seu enorme interesse pela psicanálise e a compreensão racional do "não-racional";
- a acessibilidade de forças não racionais e, até, irracionais para a compreensão racional (em termos cognitivos); e
- a articulação entre essas duas facetas, com ênfase na racionalidade valorativa, numa permanente interlocução com Emile Durkheim e Max Weber.

Parsons será particularmente conhecido pela preocupação com o problema da ordem. Assim como Hobbes, obviamente, ele entende que a ordem é problemática, precária: não é "natural", não ocorre automaticamente. Coloca-se a questão de por que as sociedades humanas não teriam sucumbido à beligerância,

na medida em que todas as pessoas procuraram sempre a realização dos próprios interesses. A sintonia dos médicos com a saúde dos seus pacientes se realizaria na sua adesão a normas que definem as maneiras certas e erradas de conduzir, a contendo, um determinado tratamento.

Numa situação que articule capacidades discrepantes, como no caso dos psiquiatras e seus pacientes, há necessidade de se supor compromissos não imediatistas, não utilitaristas ou instrumentais. A crítica à racionalidade instrumental autoriza a reflexão sobre por que a saúde e a assistência se convertem em direitos, em valores amplamente compartilhados. Pressupor a simples articulação de interesses ou a existência de mecanismos coercitivos não sustenta a compreensão da interação que resulta do encontro. A analogia à discussão sobre o problema da ordem em Hobbes – o exercício profissional, seus compromissos e ganhos – projetam-nos em cenários institucionalizados e colocam-nos diante de sujeitos socializados, como veremos, caracterizando, assim, valores que justifiquem finalidades sociais comuns.

A solução hobbesiana do contrato social, na figura de um soberano absoluto, com estratégias coercitivas, é insatisfatória para Parsons. Exige a distinção entre uma visão ideológica da questão e o que seria uma análise e uma compreensão intelectualmente competentes. Vejamos como a questão é por ele desenvolvida.

2. O problema da ordem

O problema da ordem remete à discussão sobre estados de estabilidade, tendência à desordem, desorganização e dissolução de sistemas, correntes de mudanças e equilíbrios. Em uma discussão complexa, Parsons encontra convergências entre Weber, Durkheim, A. Marshall e Pareto. A referência principal aqui é o seu livro *A Estrutura da ação social*, de 1937, no qual faz uma discussão sistemática do problema e uma revisão cuidadosa da teoria social que lhe antecederam. Para ele, as respostas disponíveis falhavam de várias maneiras: os idealistas ignoram os constrangimentos; os positivistas, a mediação simbólica; e os utilitaristas erraram ao reduzir valores à análise custo-benefício (Baert, 1998).

Parsons orienta a discussão sobre a ordem em direção à crítica ao utilitarismo, do qual incorpora a estrutura de meios-fins. Ele retoma Hobbes (1588-1679) para, justamente, criticar a perspectiva utilitarista. Na estruturação de seu modelo de ação social e sociedade, incorpora de Weber a noção de que os atores

determinam o significado de suas ações para si mesmos. Isto é, interpretam idéias e interesses. Na discussão com Weber, ele dá destaque à significação subjetiva para o ator no contexto das cadeias de ação. Os valores seriam a base da ação racional, como preconizara Durkheim, mesmo que considerada a fragilidade desta.

Para Parsons, Hobbes havia sido um dos primeiros exemplos de pensamento determinista no campo social, como uma ressonância da primeira grande sistematização da física moderna newtoniana do século XVII. Hobbes procura, como já foi dito, dar uma resposta para o problema da instabilidade e o da insegurança pessoal: questões fundamentais para uma teoria da sociedade humana. A base do seu pensamento social está em seu conceito de *estado de natureza*, anterior a leis ou a um poder político ao qual os homens devessem temer. Toma-o como um estado bélico, definido como a guerra de todos contra todos, sem referência a pensamentos normativos ou ideais de conduta. Hobbes se limita, em seu esforço de aproximação do modelo de ciência emergente, a investigar as condições últimas da vida social (Parsons, 1968).

Em Hobbes, o homem é guiado pelas paixões e pelas exigências de autopreservação, que submetem a razão. Esta fica a serviço do asseguramento da realização dos desejos humanos, ou seja, a serviço da definição de modos e meios, sendo uma racionalidade instrumental ou adaptativa.

As limitações à realização dos desejos são severas e, particularmente, dependentes das relações entre os homens. Assim se coloca o problema do poder, pois trata-se de controlar os meios para a realização das diversas paixões. Um dos meios mais importantes seria a capacidade de obter o reconhecimento e os serviços uns dos outros. Cada qual trata de influir sobre os outros e de acumular poder como *influência generalizada*. O poder é entendido como fonte de divisão entre os homens. O conflito é inerente à própria busca de satisfação e superação das limitações. O resultado seria o império da força e da fraude. A ação guiada apenas pelo interesse próprio provocaria a guerra de todos contra todos.

Os indivíduos, na medida em que não podem simplesmente contar com a benevolência alheia, estão permanentemente buscando mais poder. As paixões e o desejo de segurança ou o instinto de conservação por parte de cada indivíduo precipitam antagonismos e instabilidade, o que se traduz num estilo de vida marcado pela brevidade, solidão, pobreza, vilania, ameaça e brutalidade.

Mas os humanos, dotados de racionalidade e capacidade de antecipação, seriam, para Hobbes, capazes de *perceber* que a única saída rumo a uma maior segurança, à garantia da vida, estaria na delegação de poder e de sua liberdade natural a uma autoridade soberana: um indivíduo ou grupo capaz de exercer poder soberano e centralizado sobre todos. Assim se coloca a necessidade de um *contrato social*, um acordo tácito entre o soberano e seus súditos, entre o Estado e os cidadãos, que resultaria em segurança, possibilidade de exercício de propriedade e ordem, além de direitos e deveres.

A *teoria social* em Hobbes seria similar aos modelos do utilitarismo, e sobre ele recairia então o chamado *dilema utilitarista*, discutido por Parsons em *A estrutura da ação social* (1968). Dois elementos têm papel fundamental no esquema utilitário: os fins e a racionalidade instrumental.

Com relação aos fins da ação, a perspectiva utilitarista se veria diante de um impasse: ou bem a mediação ativa do ator na escolha dos fins é um fator independente da ação e o fim, fortuito, ou se nega as implicações do caráter fortuito dos fins, com a conseqüente perda da situação de independência dos atores, na medida em que são assimilados às condições da situação (não subjetivas, especialmente herança e meio).

No primeiro caso, teríamos atores independentes, interessados, e fins que variariam de forma randômica, sem que se possa inferir nenhum padrão para a realização das ações. A casualidade e o azar são sinônimos da possibilidade de não-compreensão, de algo que não é inteligível. Este seria um dos pólos do dilema utilitarista.

O outro pólo diz respeito ao pressuposto de que o ator selecionará os fins instintivamente ou procurará realizar aqueles que são coerentes com os recursos que tem em mãos. O ator resulta, então, objetivado ou totalmente dependente da situação.

Parsons entende que o utilitarismo não é capaz de responder adequadamente às questões colocadas por Hobbes acerca do problema da ordem. O utilitarismo coloca entre parênteses a questão de como os atores selecionam fins ou objetivos: o que mobiliza o ator para a ação. Ele questiona qual seria o papel ativo, racional, do ator, na medida em que só se lhe atribui a percepção da situação e a tentativa de previsão do curso futuro das ações. Em *A estrutura da ação social*, ele se opõe

firmemente às versões que negam a possibilidade de os atores se comprometerem ativamente com os fins; procura construir uma teoria voluntarista da ação humana.

Para solucionar os impasses que identifica, Parsons afirma que Hobbes *força* em demasia, ou *estira* excessivamente, a aplicação da concepção de racionalidade instrumental. Questiona como seria possível que os atores, a certo ponto, ao invés de perseguir seus fins imediatistas, passassem simplesmente a contemplar a própria situação como um todo, para então concluir pela eliminação da força e da fraude em nome da segurança. Não fica definido o que sustentaria a formação racional de uma vontade coletiva.

A solução para isto não seria, como supôs Hobbes, exterior, em estratégias de contenção e coerção. Parsons entende que o *Leviatã* (de 1651) funcionou, no seu tempo, como uma *justificação para o autoritarismo*, que seria deduzido da natureza humana governada pelas paixões: o medo da morte e o desejo de poder. Na verdade, os argumentos hobbesianos, artes de serem fáticos, são normativos. O cenário que Hobbes pintou foi identificado erroneamente com a realidade (Parsons, 1968).

A integração motivada pela coação seria, por sua vez, igualmente frágil. Resta, então, o problema de como os fins comuns, ou a ordem normativa, poderiam prover as bases da ordem social. De fato, mesmo que os atores persigam fins comuns, como evitar o acesso a recursos mais "efetivos" nas negociações entre competidores?

Parsons retoma Durkheim e a idéia de constrangimento inerente às normas culturais sugerindo um mecanismo que é interior e, ao mesmo tempo, exterior (Dawe, 1980:527). A sociedade supre os atores sociais com valores e com um conjunto de regras que se atualizam no comportamento social concreto. Deve-se distinguir entre coerção interna e coerção externa, entre coerção moral e coerção causal. O motivo primário que leva as pessoas a aderir a normas seria a obrigação moral. Obviamente, Parsons considera a possibilidade de *desvios*, mas o argumento seria suficiente para confrontar as tendências à desintegração. Ele se apóia na eficácia empírica dos valores e do comportamento definido por meio de normas morais. As regras normativas seriam a encarnação de valores últimos, e a força de uma norma deverá derivar de um reconhecimento intersubjetivo de expectativas recíprocas de comportamento (Cohen, 1996:119). A integração de uma sociedade

Comentário: Citar ou referenciar. Ver pgs 89-94; 238; 247-248; 389-390; 400 (Durkheim) 706 em La estructura de la accion social.

poderia ser identificada em função da adequação a regras por motivo de obrigação moral.

A ordem significa a possibilidade de um desenvolvimento da ação de acordo com as diretrizes traçadas pelo sistema normativo. Este é essencial à manutenção da ordem, do ponto de vista concreto. Um corpo de regras, uma vez estabelecido, desenvolve o entrelaçamento de interesses na manutenção do sistema. Mas este entrelaçamento é relativamente frágil, e a ordem lhe é anterior. Por outro lado, quanto maior for a necessidade de sanções em uma sociedade, pode-se supor que mais débil será a ordem social que a ancora. Um acordo, tal como pensou Hobbes, baseado na coerção ou em sanções não pode ser duradouro.

Este corpo de regras e valores pulsa em cada indivíduo, na sua estrutura de personalidade, por meio da socialização e da decorrente internalização, criando disposições de necessidade que motivam a ação. Os valores internalizados têm efeitos tanto nos fins últimos das ações como nos meios para atingi-los.

A idéia do homem "supersocializado" (Granovetter, 1995) talvez fosse a mais adequada para definir, paradoxalmente, a perspectiva voluntarista presente na discussão de Parsons sobre o problema da ordem hobbesiana. Estaríamos diante de um homem moral, cordato, aberto à opinião alheia e sintonizado, de forma ativa, com os consensos ou tradições (sistemas de normas e valores). Aqui, os profissionais, mais especificamente os psiquiatras, tomariam a forma do profissional responsável e comprometido, disposto a não medir esforços diante dos desafios colocados pelo seu paciente, uma atitude que se justifica em uma trajetória de formação, e em sintonia com a positividade da corporação que reconhece e sanciona seu esforço.

Essa concepção contrasta fortemente com a que inspirava a economia clássica e a neoclássica, e as tradições utilitaristas: o homem "infra-socializado". Esta é a perspectiva de Hobbes. Ele pretende superar o problema da ordem quando remete à necessidade de uma estrutura de autoridade autocrática (Granovetter, 1995). Insinua-se aqui, na linha da discussão sobre profissões em Parsons, a possibilidade da prática profissional inescrupulosa que exigisse permanente e severa vigilância social. Mas o profissional não se pauta pelo que *quer* fazer, senão pelo que *pode* e *deve*. Ajusta-se, portanto, na metáfora da "supersocialização".

A solução parsoniana implicará a expansão de suas preocupações teóricas do ato unitário para as cadeias de atos apoiados ou fundamentados em fins valorativos

morais (Cohen, 1996:118). Parsons considera os valores como inerentes aos fins últimos nos encadeamentos de ação racional, mesmo que na forma de sentimentos difusos ou atitudes valorativas. Ele é, ao menos na primeira fase de sua obra, partidário de uma racionalidade valorativa, que dá ênfase ao sistema cultural, ao sistema de valores e à ordem normativa, e que desloca o ator tanto de uma posição hedonista como da submissão a uma ordem exterior ameaçadora.

3. O modelo de ação coletiva

Na base e nos primórdios da construção do sistema conceitual parsoniano (primeira fase de sua obra) estão o ator (que não coincide necessariamente com o indivíduo empírico), a situação (condições e meios) e os fins da ação. É na interface destes componentes que Parsons procurou apreender a dinâmica societária, sem perder de vista a importância dos atores nos chamados “sistemas de ação”. A menor unidade do sistema de ação para Parsons seria o *ato*.

O ato não é um fato social, como gostaria Durkheim. Remete imediatamente a uma conotação dinâmica, substantiva e demarcada pelo correr do tempo, como desdobramento ou fluxo orientado, intencional, em que pulsam autorias e energias vitais. Afinal, a ação seria a resolução de uma série infinita de problemas de seleção que os atores, individuais ou coletivos, enfrentam. Assim, o ato é sempre complexo e deve ser entendido como uma composição passível de análise. Ele se apresenta como filigrana, como tecitura, trama. Não se pode perder de vista suas relações internas, no esforço compreensivo, desmanchando-o ou dissecando-o. Comporta elementos estruturais correlacionados, que são: *condições, meios, normas e fins*. Estes elementos não devem ser entendidos concretamente, materialmente, mas sim na perspectiva de sua aplicação analítica.

As *condições* últimas são elementos abstraídos da situação que não podem ser imputados à ação geral. São elementos inalterados da situação com a qual se defronta o ator. As condições ou situação remetem à identificação de objetos sociais (interativos) e não-sociais (físicos e culturais).

Os *meios*² são aspectos ou propriedades de coisas que os atores são capazes de operar em virtude do conhecimento que têm à medida que o desejem. Os meios expressam, pois, elementos operacionalizáveis ou instrumentalizáveis da

² Os meios simbólicos de controle ou de troca serão um tópico da maior importância na produção tardia de Parsons e estarão relacionados com as reflexões sobre poder e dinheiro no contexto sistêmico.

situação, os quais são apropriados pelo ator e apóiam ou sustentam a ação processualmente, como recursos.

Os *fins* (metas) não são exatamente o estado de coisas futuro antecipado pelo ator, mas a diferença em relação ao que seria se o ator se abstivesse de atuar. Comportam padrões e expectativas ideais, que não podem ser reduzidos à motivação do ator. Resultam de uma operação relacional que o ultrapassa e contempla.

O esquema *meio-fim* é que seria central para a explicação causal, racional, em Parsons, considerada em sua referência subjetiva, expressa no esforço e na interpretação que o ator constrói da e na situação e no enfoque sistêmico. A ação se orienta para fins ou metas, ocorre em situações e é regulada normativamente, além de supor motivação e gastos de energia ou esforço.

Os fins são, pois, sempre guiados ou orientados por considerações normativas. As normas são expectativas compartilhadas de comportamento, relativas àquilo que é desejável e apropriado do ponto de vista cultural, que tomam a forma de instituições e que as pessoas incorporam pela via da socialização, convertendo-as em elementos motivacionais.

Os fins e as normas dão um caráter subjetivo ao sistema de ações, em contraste com as condições e meios (situação), que enfatizam o seu caráter objetivo (Parsons, 1995).

O ator opera sustentado por orientações e concepções acerca da situação e de como deve acessar os objetos sociais (atores, o próprio ego e coletividades), físicos (entidades empíricas – meios ou condições) e culturais (elementos simbólicos da tradição cultural, como crenças, símbolos, padrões de valor não internalizados ou constitutivos da estrutura de personalidade do ego). Estaríamos diante de um homem moral, como já dissemos, sintonizado com consensos e tradições (normas e valores), com o sistema cultural, na medida em que tece suas interpretações sobre a situação. Essa imagem contrasta fortemente com a que inspirou a economia e o utilitarismo, o “homem infra-socializado” (Granovetter, 1995).

A percepção da complexa articulação e dinâmica desses elementos é fundamental para que possamos compreender a densidade e a importância do ato como unidade última do sistema de ação. Decompor os sistemas e os atos, na tentativa de compreensão, é, fundamentalmente, um esforço de abstração diante de um fenômeno orgânico, complexo (ato/ação). O esforço se confronta com o risco de

reducionismo, de produção de uma visão fragmentada do sistema, o que conduziria à destruição de suas propriedades. A idéia de sistema integrado de ação racional se traduz, como já dissemos, na imagem de uma trama de fios entretecidos. Sua desmontagem não conduz necessariamente à compreensão. O ato unidade é um "nó" nesta trama ainda mais complexa do sistema de ação (Parsons, 1968:900).

Esses elementos estruturais que compõem o ato remetem necessariamente a um ator denso e retesado na construção de sua ação (Parsons, 1968:895). Ele não se esgota no ato, mas não pode ser capturado fora dele. As principais características do marco de referência parsoniano são, portanto (Parsons, 1968:889):

- diferenciação mínima dos elementos estruturais: fins, meios, condições e normas, sem que com isto se atrele a um isolamento empírico ou concreto;
- orientação normativa (teleológica) nas relações dos elementos estruturais: as condições estão em um pólo e os fins e regras normativas em outro, sendo que ambos se vinculam, de forma tensa, por conta dos meios e do esforço (do ator); e
- a ação ocorre no tempo e com referências subjetivas, ambos expressos no conceito de fim.

O sistema de ação social pressupõe a interação entre dois ou mais atores (coletivos ou não) e sistemas. A ação, na perspectiva parsoniana, evidenciada na primeira fase de sua obra, é, caracteristicamente, interdependente e acordada em função de orientação para metas coletivas ou valores compartilhados, envolvendo a criação de consenso de expectativas cognitivas e normativas. Ela é entendida como um processo no sistema *ator-situação*, com *significação motivacional* para o(s) ator(es), evocando gratificação ou evitando privação. Porém, o ótimo de gratificação não se presta como *guia* para definir a direção fundamental de mudança nos sistemas sociais, pois estes transcendem a duração da vida dos atores individuais, e é, em certa medida, independente com relação a eles. Um sistema, para uma utilização precisa do termo, deve ter uma duração ou persistência que supere o espaço de uma vida humana individual normal, desdobrando-se em outra geração socializada em seus termos. A gratificação está mais diretamente relacionada com o sistema de personalidade dos atores individuais. Não haveria como fazer a transição desde o ator individual até o sistema social sobre a base da gratificação-privação, mesmo porque não é apropriado falar de gratificação no plano sistêmico (Parsons, 1966:495).

Portanto, dois aspectos elementares são desdobrados e devem ser considerados quando se pensa na posição dos atores em uma situação: o aspecto de *gratificação* (relativo ao *conteúdo*, aos objetos com que se relacionará); e o aspecto de *orientação* (relativo ao *como*, aos padrões ou modos como se organizam as relações). Assim, temos vetores motivacionais e valorativos (normativos), que se desdobram em dois subconjuntos.

Do ponto de vista da orientação motivacional, o primeiro modo é chamado *catético*; o segundo, *cognitivo*. As ações se realizam, nos sistemas integrados, mediante um processo de *seleção* ordenada, ou *avaliação* dos objetos da situação. A avaliação sintetiza, articula, os modos anteriores, catético e cognitivo, sendo, portanto, o terceiro deles.

Importa saber como o ator se posiciona numa situação estruturada; como diferencia os objetos; e como os classifica, numa expressão de orientação *catética*, *cognitiva* e *avaliativa*: os três modos básicos de orientação motivacional. São expectativas, interesses, em determinados desdobramentos futuros, que buscam gratificação e que estão ancorados também na memória de ações passadas.

No que se refere, por sua vez, à *orientação valorativa*, podem-se distinguir, em correspondência com a orientação motivacional, três modos, a partir do uso de critérios: apreciativos, cognitivos e morais, que restringem o campo de ação do ator. Os critérios apreciativos dizem respeito a uma consideração de mérito; os cognitivos, à consideração de parâmetros de validade; e os morais, à introdução de parâmetros de costumes.

O sistema de orientações evidencia como a energia do ator, que emerge da motivação, se fixa e se distribui entre objetos e metas, regulando fluxos e promovendo integração.

Apesar da analogia possível entre os tipos de orientação valorativa (normativa) e motivacional, Parsons deixa claro que não se pode inferir um modo a partir do outro. O normativo não se origina do motivacional, como já enfatizara na discussão sobre a ordem social.

Os modos de orientação motivacional proporcionam um esquema para analisar os *problemas do ator relativos a seus interesses*.

Os modos de orientação valorativa – expressos nos interesses já consolidados, nas resistências, nas tradições culturais e nos papéis – proporcionam critérios ou parâmetros constituintes das *soluções satisfatórias para os problemas*

dos atores no contexto de uma situação (Parsons, 1966:484). Ou seja, o que se pode e o que se deve fazer.

Por isso, Parsons se recusa a reduzir a ação dos grupos de profissionais aos pólos altruísmo x egoísmo. A orientação da ação se pauta em *dois vetores*: gratificação e realização dos valores societários, do início ao fim de sua obra.

Porém, a complicada elaboração da posição do ator nos sistemas de ação acaba por exigir do esquema teórico parsoniano sistemas simbólicos estáveis, o que o afastará da perspectiva voluntarista, tão enfatizada na primeira fase da sua produção.

A simbolização e a interpretação estão nitidamente implicadas nos modos de orientação do ator, não importando, praticamente, o modo como construirá a sua escolha. Ressalve-se que a simbolização ou a cultura só pode surgir ou funcionar em processos de interação. Mesmo os atores individuais só adquirem sistemas simbólicos na interação com os objetos sociais. A estabilidade da cultura se estabelece e deve dilatar-se *nas* interações.

Porém, o sistema simbólico se converte em mais um elemento imposto da *situação* como ordem compartilhada via processos de institucionalização. Segundo Parsons, “a institucionalização produz uma forma de integração das disposições de necessidade dos atores relevantes com uma série de padrões culturais, que sempre compreendem, em certo sentido, orientações de valor” (Parsons, 1966:489).

O idiossincrático, individual, seria uma espécie de desvio em relação a esta ordem, ou tradições (Parsons, 1966:32), que nos projetaria no sistema de personalidade e já em toda uma outra perspectiva interpretativa, entendida como a segunda fase da obra desse sociólogo.

Os processos de socialização nos remetem à intrincada relação entre os sistemas de personalidade, social e cultural, fazendo do ator quase um subproduto. Esta noção de sistema simbólico, ou sistema cultural, comporta a organização de valores, normas, conhecimentos, crenças, enfim, símbolos que definem, guiam e limitam as escolhas dos atores, os quais são internalizados no sistema de personalidade.

Em 1973, na chamada terceira fase de sua obra, Parsons procura especificar as conexões entre cultura e sociedade. No livro *The american university*³, que será

³ Apesar de este texto estar nitidamente sintonizado com a terceira fase da obra de Parsons, a perspectiva sistêmica do AGIL, ou não voluntarista, achamos útil recuperar este conceito ulterior de cultura, fazendo uma leitura seletiva ou pontual, de modo a nutrir nossa reflexão.

uma produção já sintonizada com o esquema AGIL, sobre o qual falaremos um pouco mais adiante, Parsons dá o seguinte formato para o sistema cultural e seus tipos de simbolização:

| | |
|--|--------------------------------|
| Simbolização constitutiva | Simbolização avaliativo -moral |
| Simbolização cognitiva (conhecimento, códigos teóricos) | Simbolização expressiva |

Quadro 1: O sistema cultural (adaptado de Parsons e Platt 1973:16)

O sistema cultural não é empírico, apesar de ser materializável na ação empiricamente reconhecível e de ser dotado de relativa consistência.

Parsons chama a atenção para três propriedades da cultura: transmissividade (de um sistema a outro); o fato de ser aprendida; e, o fato de poder ser compartilhada. Nos limites de um sistema social em particular, a cultura é um *padrão*, que pode ser abstraído, analítica e empiricamente. O sistema cultural se projetaria no sistema social, por intermédio do processo de interpenetração (que não é detalhado por Parsons) na rede de relações sustentadas pelo chamado “sistema de confiança” (ou sistema fiduciário). Este se expressa como uma zona de sincronização entre os sistemas cultural e social e está articulado a processos de institucionalização.

| | | | |
|----------------------------------|--|-------------------------|-----------------------|
| Sistema de confiança ® | Sistema Constitutivo (religião) | Comunidade moral | Comunidade societária |
| | Sistema racional (cultura cognitiva) | Sistema de finalidades | |
| Economia | | | Política |

Quadro 2: O sistema cultural projetado no sistema social (adaptado de Parsons e Platt, 1973:19)

Parsons destaca o subsistema acadêmico, especialmente as universidades (Parsons e Platt, 1973), como expressão da simbolização cognitiva, no sistema racional, na medida em que a academia garante ou confere status de verdade à produção simbólica e aos interesses ligados à cultura cognitiva. Este subsistema cognitivo intrínseco aos processos educacionais, exercendo função adaptativa nas interfaces com a sociedade, operaria como mecanismo racionalizador da ação, como mecanismo de manutenção de padrões de racionalidade (Parsons e Platt, 1973:18,19). Este ponto é particularmente relevante na nossa discussão. Parsons confere grande e exclusiva responsabilidade à universidade. Ao situá-la como fonte

Nosso problema envolve mudanças na cultura cognitiva e moral/avaliativa e nos projeta no cerne da modernização. Já o subsistema de finalidade (relativo à socialização e aos sistemas de parentesco) teria um lugar secundário na discussão sobre simbolização cognitiva, na medida em que se projetaria no sistema de personalidade, das catexias (investimentos afetivos) e do plano do desejável ou temível. Da mesma forma, o subsistema constitutivo seria menos relevante no que concerne aos nossos interesses de investigação, por ser uma referência às religiões e sua organização civil.

A interpenetração entre os sistemas cultural e social por intermédio do sistema de confiança ocorre mediante processos de institucionalização, e o ator (ou um dos atores) que nos interessa aqui é o intelectual (professores universitários) ou o especialista (médico psiquiatra). São eles que utilizam em sua prática meios ou recursos simbólicos, originados no espaço acadêmico e moral, como conhecimentos, e, no limite, poderíamos acrescentar, ideologia. São eles também que interagem com os demais atores, leigos, produzindo e reproduzindo simbolização e padrões interpretativos.

Se Parsons foi perdendo de vista o ator, no conjunto da teoria, talvez possamos sugerir que o voluntarismo resiste na figura desses atores especiais, supersocializados, mas capazes de ensejar produção simbólica estratégica à dinâmica do sistema social como um todo.

Os meios de simbólicos de troca seriam os instrumentos a que recorrem os atores na efetivação de fins ou em *processos de integração sistêmicos*. Os meios simbólicos são um recurso que nos remetem aos processos de troca tanto no âmbito interno aos sistemas como em sua relação com o ambiente. Em relação ao sistema social, destacam-se os seguintes meios:

| | |
|---|---|
| Sist. de confiança – valores acordados | Comunidade societária – influência |
| Economia – dinheiro | Política – poder político |

Quadro 4: Os meios utilizados no sistema social

Em relação aos meios relativos aos sistemas de ação, teríamos, nas formulações parsonianas mais tardias, quando é introduzido o sistema de comportamento, que a responsabilidade de atribuição de definição da situação recai

sobre a cultura:

| | |
|---|------------------------------------|
| Sist. cultural – definição de situação | Sist. Social – afeto |
| Comportamento – inteligência | Personalidade – performance |

Quadro 5: Os meios utilizados no sistema de ação

Na medida em que se desenvolvem, historicamente, em processos de diferenciação sistêmica, os meios poderiam viabilizar o exercício de liberdade no potencial de ação dos indivíduos e coletividades, além de maior flexibilidade no funcionamento dos sistemas.

Outra característica importante da chamada “família de meios” seria a de que eles podem ser expandidos. Assim sendo, teríamos maior liberdade, porém maior instabilidade e complexidade.

Quando trabalha o sistema social (Parsons, 1966), Parsons apresenta um esquema de classificação de ações que articula motivações e orientações. Ao distinguir os tipos de ação, deve-se considerar que, quando ocorre uma orientação por meio de normas, estas guiam escolhas. Se várias classes de normas se colocam, poderia haver conflito. Mas uma delas sempre predomina. Nesta linha de raciocínio, Parsons classifica a ação como: intelectual, responsável, expressiva e instrumental (1966). Dentre elas, as duas que nos interessariam particularmente são a intelectual e a responsável.

A ação intelectual se definiria pelo predomínio da orientação cognitiva e pela primazia de normas de valor, traduzidas na busca do conhecimento. Seria, pois, pertinente ao sistema cultural.

A ação responsável, ou moral, teria o predomínio de orientação avaliativa e normas morais (efeitos integrativos), que seriam concernentes ao sistema social.

A atenção de Parsons recai sobre os componentes culturais da orientação da ação, procurando não perder de vista os aspectos motivacionais. É neste ponto que se encaixa (Parsons, 1966) o esquema das *variáveis padrão*, que são dilemas de orientação que se configuram antes que a situação ganhe uma significação determinada para o ator. Elas representam dicotomias de caráter abrangente, genérico. Um de seus pólos deve ser escolhido antes que o ator possa atuar, mesmo que disto não resulte a superação absoluta do outro pólo. São elas:

- afetividade x neutralidade afetiva;
- orientação para si mesmo x orientação para a coletividade;
- particularismo x universalismo;

- adscrição x desempenho; e
- inespecificidade (difusão) x especificidade.

No primeiro dilema, a escolha envolverá ou não o recurso à avaliação. No segundo, a dúvida será em relação à prioridade das normas morais no processo. Esse dilema perde seu sentido progressivamente à medida que o ator vai perdendo espaço na teorização sobre o sistema social. O terceiro nos remete ao recurso a normas cognoscitivas em oposição às catéticas. O quarto dilema nos projeta na consideração das qualidades do objeto ou a complexos de realizações. Finalmente, a quinta variável padrão fará referência ao âmbito de significação do objeto (Parsons, 1968:101).

A especificidade funcional e o universalismo, como variáveis padrão exploradas empiricamente no âmbito da prática médica, foram tematizadas já no final dos anos 30. A elas se somam, posteriormente, as outras variáveis padrão: orientação coletiva x auto-orientação (que seria abandonada, por tratar de problemas relativos à interação, e não a cada ato em si); neutralidade afetiva x afetividade; e desempenho x adscrição (ou performance x atributos)

Assim vão se definindo os parâmetros que Parsons elege para compreender a ação e, ao mesmo tempo, alinham-se tendências de operação nos vários enquadres sistêmicos e composições que projetam cenários de modernidade e tradicionalismo, que são identificáveis se considerarmos o alinhamento entre os diversos pólos.

As variáveis padrão são fruto de reflexões sobre a modernidade e as profissões. Mais particularmente, inspiraram-se em reflexões sobre as profissões médicas, supondo nelas uma atitude neutra, sintonizada com a coletividade, universalista, não adscritiva e especializada. Resultam em uma visão excessivamente otimista sobre a ação intelectual e a responsável, mesmo que concebendo-as como fruto da *dúvida*, imanente a qualquer escolha, que no limite poderia revelar sua precariedade. Identificamos a emergência de um ator cindido entre seus interesses e os compromissos institucionais, que, de certa forma se potencializam com o aumento da oferta de bens culturais, que sabemos serem distribuídos de modo desigual.

No sistema de ação, a liberdade está comprometida com a integração social, e o desvio significa a desconsideração dos padrões interpretativos disponíveis, recorrendo a padrões que podem ser tanto exógenos como hedonistas (auto-interessados).

No sistema social, a dependência dos meios é nevrálgica. A liberdade consiste no seu acúmulo e utilização.

Parsons procura romper com uma racionalidade adaptacionista, para apontar para a importância da ordem normativa na ação, relacionando normas, valores, esforço, interpretação e agência (*agency*). Mas ele encontra os limites de seu esforço ao longo do tempo, pois o impacto de suas reflexões, antes de resultar em possibilidade de agência, sugere reprodutivismo, na figura genérica de um ator supersocializado (Granovetter, 1995), cuja orientação fica estrangida entre o reconhecimento e o cumprimento ou não de normas já estabelecidas. No caso dos profissionais, a orientação ganha um tom idealista.

A *situação e o ator* acabam por projetar-se na idéia de sistema social, que se converte em lócus de interação, escolhas (consideradas as normas culturais ou não), decisões e ações tecidas em interdependência.

Mas a tecitura da trama da ação passa a responder aos *imperativos funcionais*, com um conjunto de funções que *devem* ser realizadas no ambiente sistêmico. A ação tem que estar sintonizada com a necessidade maior de perseverança equilibrada do sistema no tempo e no espaço, cumprindo, para tanto, quatro funções, que Parsons desenvolverá na terceira fase de sua obra: adaptação (*Adaptation*); consecução de metas (*Goal-attainment*); integração (*Integration*) e manutenção de padrão com controle da tensão latente (*Latency*) – “AGIL”, se tomarmos a terminologia em língua inglesa. Na concepção do AGIL, Parsons contou com a colaboração dos sociólogos Edward Shils e Robert F. Bales. Trata-se do delineamento de pré-requisitos, ou imperativos funcionais, que seriam inerentes à dinâmica dos pequenos grupos, os quais garantiriam equilíbrio dinâmico interno e diante do ambiente externo. Essas definições enfatizam uma perspectiva mais determinista do modelo de ação parsoniano, tendência que, como já enfatizamos, enseja uma profunda limitação no voluntarismo inicialmente proposto.

O AGIL e as variáveis padrão se articulam logicamente. Na medida em que os sistemas *tendem* à realização de determinadas funções, as variáveis oscilam para um determinado pólo. Se há, por exemplo, tendência à adaptação, a ênfase será dada ao universalismo, à orientação para a coletividade, à neutralidade, à especificidade e ao desempenho. Seria uma *tendência*, pois para cada sistema razoavelmente especializado se reproduziria internamente o AGIL, na medida em

que ele é necessariamente uma resposta às necessidades básicas de qualquer sistema; portanto, e inclusive, o sistema de personalidade e o cultural.

4. A profissão médica e os desafios de integração

As profissões que operam com conhecimentos científicos e liberais ocupam, para Parsons, um lugar de destaque, como “estrutura social peculiar” (Parsons,1967:41), em nossa sociedade ocidental moderna⁴. A produção de conhecimentos e a aplicação das ciências, cuja referência normativa se converte em verdade objetiva, ocorrem, fundamentalmente, em contextos profissionais ou ocupacionais (Parsons,1967), os quais devem ser problematizados para que se conquiste um distanciamento crítico das interpretações economicistas e utilitaristas.

As profissões, em contraposição ao comércio ou ao mercado, são, para Parsons, geralmente tratadas como “desinteressadas”, pois se imagina que os profissionais buscariam ou deveriam buscar não o seu benefício pessoal, no sentido estrito, mas o benefício de seus clientes ou pacientes, ou o progresso da ciência. No entanto, este contraste com as operações típicas do mercado e movidas por auto-interesse (motivação) soa incongruente com o retrato que se delineaia das sociedades modernas aquisitivas. Para Parsons, a dicotomia entre interesse próprio e altruísmo deve ser objetada como falsa do ponto de vista explicativo, como vimos anteriormente.

O estudo das profissões em Parsons aponta para os elementos comuns entre as esferas profissional e comercial, de modo a superar a argumentação que se apóia em elementos estritamente motivacionais. Para tanto, os marcos institucionais, ou a dimensão normativa, é que deveriam ser enfatizados. Ou seja, os princípios de organização das relações, a partir dos quais operam as profissões modernas, e por meio deles a racionalidade cognitiva, técnica e científica, é que devem ser enfatizados analiticamente, pois são eles que se atualizam nas relações humanas e nos projetam nos cenários da modernidade.

Abordar a modernidade em Parsons significa considerar os processos de diferenciação sistêmica – a tendência a desenvolver estruturas sempre mais sofisticadas – orientados por uma racionalidade crescente. Isso se traduz na incorporação de avanços tecnológicos e na suposição de controle cibernético, ou de

⁴ Parsons está se referindo à sociedade norte-americana, tecnológica e aquisitiva, como tem o cuidado de ressaltar em *O sistema social*(1966:432).

informação e comunicação, entre os diversos sistemas de ação, o que confere ao sistema cultural um posicionamento estratégico (orientação normativa), que se traduz em integração. Este processo de diferenciação explicaria o surgimento do mercado, do Estado e da ciência (Avritzer, 1996:65), em sintonia com a interpretação weberiana de modernidade, cujo diagnóstico levaria a uma incompatibilização entre ética e racionalização. Neste ponto, Parsons diverge e propõe toda a discussão sobre a orientação normativa da ação, onde se destaca o papel dos profissionais modernos e das instituições de produção científica e de credenciamento.

O racionalismo moderno, em oposição ao tradicionalismo, valoriza, fundamentalmente, os argumentos lógicos e científicos. Na modernidade, estamos, como argumenta Parsons, sob uma constante e sutil pressão social, que nos coage a uma atitude racionalmente crítica, especialmente no que se refere à escolha de modos e meios (Parsons, 1967:37). É daí que emerge outro aspecto interessante a ser ressaltado: a autoridade que recobre a prática profissional moderna se baseia no reconhecimento não problemático de uma competência técnica superior. Trata-se do exercício de uma espécie de poder social, traduzido especialmente em exercício de influência (como meio), que embaralha os códigos hierárquicos e de status social (Giddens, 1998). Um exercício de poder consentido, e não do tipo tradicional (soma zero) e estritamente político, no qual todos podem ganhar e que remete a uma visão ampliada das sanções.

| Sanções | Ego opera sobre | |
|-------------------------|--------------------------------------|----------------------|
| | Intenção de alterar | Situação de alterar |
| Positivas (recompensas) | Convencimento (influência) | Incitação (dinheiro) |
| Negativas (castigos) | Admoestação (compromisso valorativo) | Intimidação (poder) |

Quadro 6: As formas de sanção em Parsons

Esse poder que opera por meio da influência pressupõe concordância e reconhecimento. Seria análogo ao dinheiro no subsistema econômico (meio simbólico de troca ou controle).

São situações em que, por exemplo, o médico teria mais poder que um representante político ou o presidente de uma determinada organização. Esse poder encontra legitimidade, na medida em que se apóia em parâmetros de racionalidade científica e produz efeitos integrativos que devem ser considerados. Porém, este exercício de autoridade se dá segundo certos limites, em esferas tecnicamente

definidas: campos específicos de conhecimento e de habilidade que são construídas e reproduzidas com a mediação de sistemas de formação profissional. Apenas em questões referentes a saúde/doença é que o médico pode exercitar sua autoridade. Ou seja, que ele pode “ordenar”. Assim, a *especificidade funcional*⁵, em oposição à função difusa característica, por exemplo, das relações de parentesco, expressa um dos elementos essenciais das pautas institucionais modernas. Ela pode ser ilustrada também em outros formatos, como os cargos administrativos, que remetem a uma posição administrativo-hierárquica, e a relação contratual, que se limita aos termos de um acordo. Este pólo das variáveis padrão orienta também a prática comercial, delimitando campos de operação específicos em relação a mercadorias e ao âmbito de operações no mercado.

Outra característica comum das práticas profissionais em geral que não é considerada quando se orienta a discussão para as referências motivacionais (auto-interesse x altruísmo) seria o *universalismo*, em oposição ao particularismo. Ou seja, o médico exercita sua competência perante um paciente, e esta relação deve ser distinta de uma relação de amizade, amor ou parentesco. As bases das decisões a serem tomadas serão tendencialmente universalistas, na medida em que a racionalidade científica o preconiza. Essa referência é igualmente essencial para as relações contratuais e comerciais. No sistema ocupacional em geral, o status é, em grande medida, independente das relações de parentesco ou particulares.

Além disso, espera-se do profissional uma atitude de *neutralidade afetiva* (em oposição às relações que se orientam pela afetividade). Essa expectativa sintoniza a prática médica com mais um dos pólos das variáveis padrão.

A suposta atitude desinteressada nas profissões modernas deveria ser então compreendida, segundo Parsons, em consideração à racionalidade, à especificidade funcional e ao universalismo para que se possa deslocar o problema do campo motivacional do ator. As exigências do exercício profissional que conformam papéis sociais se tornam uma variável da maior importância. Qual seria o caminho desenhado em cada empreendimento ocupacional? Os caminhos seriam diversos, mas as finalidades, convergentes e irredutíveis aos interesses estritamente individualistas e imediatistas.

⁵ Variável padrão, à qual já fizemos referência no item anterior.

O êxito profissional geralmente significa, no âmbito do comércio, lucro objetivo, mas também reconhecimento. O dinheiro, como meio simbólico de controle, implica ambos significados.

O médico procura a cura de seus pacientes e o reconhecimento do seu grupo ocupacional. É o problema da credibilidade, da confiança, que está em questão para Parsons. As *metas* de ambições, os fins a serem conquistados em qualquer ocupação, têm relação com a integração social entre o ator e a situação, pela convergência entre a satisfação pessoal e as expectativas sociais institucionalizadas.

Quando essa correspondência entre ator e situação não ocorre, surge uma situação conflitiva. O comercialismo na medicina (mercantilização) e a desonestidade no comércio podem ser compreendidos, segundo Parsons, como expressão deste tipo de situação. O *adequado* funcionamento dos mecanismos de conduta – capazes de integrar satisfação individual e expectativas sociais – depende dessa correspondência entre lucro e reconhecimento (Parsons, 1967).

A estrutura ocupacional dos sistemas sociais está implicada em complexas inter-relações estruturais e funcionais com outras partes do sistema social, de congruência, assim como de incongruência (em relação, por exemplo, à família, à amizade, à lealdade de classe e a outras). O completo isolamento das estruturas é impossível, pois os indivíduos concretos têm mais de uma inserção. Mas, metodologicamente, o isolamento analítico seria desejável. O desvio em relação às normas de integração institucional em determinada estrutura pode implicar quebra ou ruptura nos padrões institucionais, favorecendo a emergência de outra estrutura. Existem, no entanto, muitos desvios em relação à pauta normativa que não produzem rupturas. Porém, em certas situações, conflitos de valores e as lealdades deles decorrentes adquirem importância. Critérios particularistas podem minar pautas universalistas, por exemplo.

As estruturas institucionais expressam, para Parsons, um equilíbrio, mesmo que sempre imperfeito, de diversas forças sociais. A relação dinâmica entre as estruturas da esfera ocupacional, que determinam o exercício profissional, com outros padrões estruturalmente distintos, pode esclarecer tensões e desequilíbrios no sistema social e algumas de suas direções de mudança:

o profissional é um marco institucional no qual muitas de nossas mais importantes funções sociais se desempenham, em especial a busca da ciência e dos conhecimentos humanísticos, e suas conseqüentes aplicações práticas na medicina, na tecnologia, no direito e na educação. Isto depende de uma estrutura institucional cuja manutenção não é uma conseqüência automática na crença a

respeito da importância dessas funções como tais, mas implica em um complexo equilíbrio de diversas forças sociais (Parsons, 1967:46) .

Os princípios institucionais da profissão médica prescrevem que o profissional deve colocar em primeiro plano o bem-estar de seus pacientes, em oposição aos interesses pessoais. O seu auto-interesse (vinculado a oportunidades de lucro imediato, por exemplo) estaria mais bem realizado se ele atuasse, paradoxalmente, *contra ele*, visando aos interesses socialmente compartilhados (Parsons, 1966) e aos da categoria. Caso contrário, poderia implicar perdas profissionais em termos de reconhecimento, por estar indo de encontro ao *ideal de serviço* (Barbosa, 1993) normativamente preconizado. Assim, teríamos um importante vetor de orientação coletiva.

Parsons ressalta também que o paciente, ou doente já institucionalizado, por sua vez, recorre ao médico como um agente de legitimação, tecnicamente competente e reconhecido. Sua relação com a doença mesma encontra-se, desde então, mediada, no que concerne tanto à identificação (diagnóstico) como à superação da ocorrência do mal-estar (cura). A expectativa é que haja uma aplicação de conhecimento científico (recursos cognitivos), no contexto de uma prática profissional moderna. Ou seja, a orientação tende para a consideração de *desempenho* de determinada competência, que pressupõe treinamento específico da parte do profissional.

Espera-se do doente, por sua vez, a cooperação *paciente e pacificada* diante da situação. Trata-se de um papel negativamente adquirido, na medida em que é consequência de uma relativa incapacidade de manter-se com saúde, mas também está apoiado em motivações positivas que supostamente desviaram o enfermo de um suposto estado de "equilíbrio inicial" ou saúde.

O papel de paciente teria também uma orientação universalista, na medida em que está circunscrito ao âmbito da saúde e das doenças socialmente reconhecidas, e funcionalmente específica, pois estaria apoiado em critérios objetivos de identificação e qualificação da doença. Assim como o médico, o paciente deve se comportar de forma afetivamente neutra, pois deve tentar curar-se, e não engendrar relações pessoais. Além disso, mesmo que se reconheça que o paciente tenha um auto-interesse na melhora, a tarefa em si da cura é a mesma do médico, e espera-se que o doente *faça a sua parte*.

O paciente necessita de cuidados técnicos, pois nem ele, nem seus associados ou familiares "conhecem" o problema, e muito menos sua solução.

O médico é um técnico especializado, em virtude não apenas de sua formação, mas dado seu status institucional legitimado, seu credenciamento conquistado por intermédio de instituições universitárias.

A situação inicial do doente, no encontro com o médico, é de desamparo, de necessidade de ajuda, de incompetência técnica e de implicação emocional. Está, muitas vezes, afastado de suas atividades, das relações sociais e das satisfações habituais. Trata-se de uma situação em que se encontra muito vulnerável, podendo ser explorado ou enganado.

A situação do médico implica também incertezas, limites relativos aos recursos tecnológicos e à capacidade de controle da enfermidade. No entanto, *deveria* fazer todo o possível diante do paciente.

Não seriam desprezíveis as tensões inerentes a este encontro, o que colocaria em risco o complexo equilíbrio entre necessidades, preparação, esforço e expectativa de resultados. Os padrões, ou modelos, institucionais protegeriam a relação de particularismos potencialmente geradores de conflitos e antagonismos.

Na prática médica, entendida como uma instituição da sociedade moderna ocidental, o desafio funcional (sistêmico) que se coloca diz respeito ao controle social dos problemas relativos a saúde/doença (Parsons, 1966): tanto o médico como os pacientes operariam a partir de papéis institucionais sintonizados com os padrões. O papel de enfermo, ou paciente, uma vez institucionalizado o mal-estar, canalizaria a expressão de desvio, de forma a evitar potencialidades "mais perigosas", como formação de grupos e estabelecimento de pretensão de legitimidade. Afinal, os enfermos, ao invés de se ligarem com outros em situação similar, vinculam-se a grupos de não enfermos e com seus médicos, mediados pelas pautas institucionais, já indicadas, de forma que se inviabiliza a construção de solidariedades coletivas supostamente desviantes. Parsons identifica uma *função isoladora* no papel de paciente ou doente (Parsons, 1966:477) relativa ao equilíbrio do sistema social.

Acrescente-se que, para Parsons, a medicina não se organiza estritamente em termos de suas estruturas cognitivas intrínsecas, mas em termos de sua relevância diante dos problemas práticos de saúde (Parsons e Platt, 1973). As profissões aplicadas, em geral, reorganizam o conhecimento em termos de relevância dos objetivos práticos e interesses aos quais os profissionais servem.

A medicina, assim como, por exemplo, a engenharia, teria institucionalizado um envolvimento da ciência com as preocupações práticas da vida cotidiana,

forjando assim uma relação de interdependência entre os subsistemas de confiança, os acadêmicos e outros modos de organização da sociedade. A medicina e a psiquiatria teriam um lugar neste complexo da saúde que se comprometeria com o relativo equilíbrio do sistema social e que transcenderia suas funções manifestas: tratamento de doenças ou ajuda terapêutica, focalizando o indivíduo (como organismo e personalidade). Sua função não menos importante no sistema social seria, para Parsons, a de abordar as formas de desvio social que se traduzem na posição dos doentes. Seria necessário dar um caráter institucional à doença, retraduzindo o fenômeno do adoecimento, para proteger a ordem social mediante estratégias de controle; e, no limite, operar, inclusive, repressivamente (Parsons e Platt, 1973:250), em nome da integridade sistêmica.

O status da profissão médica envolveria problemas de responsabilidade social concernentes a desvio e controle, ou outros relativos ao sofrimento humano em geral, produzindo impacto no alargamento dos interesses cognitivos especializados e na sua articulação com esquemas mais gerais de orientação humana. Há, então, uma relação dialética entre interesse do paciente e interesse público no contexto da prática médica. O médico operaria como “guardião” de recursos cognitivos centrais da sociedade, especialmente no que se refere às necessidades orgânicas e psicológicas dos indivíduos. A medicina estaria ancorada no plano geral da ação, determinando condições e cenários da vida em sociedade (Parsons e Platt, 1973:256).

Parsons recorre a uma concepção de responsabilidade social em que o encargo seria de integração de interesses da personalidade individual e do sistema cultural em processos de definição da situação social como ordem moral. Assim, Parsons constrói um *tipo ideal de institucionalização* da ciência e da ação racional a partir do campo da prática médica.

Tomaremos essa construção como um identificador do processo de mudança nas instituições psiquiátricas, valendo-nos do distanciamento crítico e histórico do impacto do estrutural funcionalismo nos capítulos que se seguirão. O estrutural funcionalismo define as instituições sociais, mas toma-as como inquestionáveis produtos de uma igualmente inquestionada racionalidade cognitiva.

Destaquemos que Parsons localiza e define os padrões (variáveis padrão) contra os quais a *Luta Antimanicomial* se contrapõe conscientemente e

racionalmente, quando negam o mandato institucional e estimulam a organização dos doentes mentais.

O *Movimento* que discutimos procura romper justamente com o racionalismo, a especificidade funcional e o universalismo da psiquiatria, mas, ao mesmo tempo sinaliza com a necessidade de reconhecimento e normalização da relação entre o profissional de saúde mental e o sujeito que necessita de assistência. O conflito que emerge neste subsistema diz respeito a disputas relativas a princípios normativos e a discrepâncias com relação aos compromissos tácitos da situação. Parece razoável apontar para um processo de construção de uma racionalidade alternativa, sem compromissos com o modelo científico estrito senso, dada a emergência e penetração de novas teorias, práticas e valores (emergência das práticas *psi* no cenário do atendimento psiquiátrico seria um exemplo, assim como a problematização dos direitos humanos) em estruturas que não coincidem com as acadêmico-científicas.

A *Luta Antimanicomial* procura resgatar e redefinir a participação do paciente e seus associados na relação de tratamento, com vistas a um comprometimento ativo no processo, incentivando, inclusive, o associativismo entre eles, como estratégia de reconhecimento e em oposição à atitude de controle social indicada por Parsons. A participação ativa de grupos profissionais no processo está sintonizada com uma reação societária contra a instituição psiquiátrica, colocando-a em questão como “entidade moral”. Isto ocorreria na medida em que os atores – profissionais/intelectuais – problematizam as inter-relações entre norma e poder.

A ruptura que se seguirá, como veremos no estudo de caso, não se traduz em desvio e desintegração, mesmo quando os psiquiatras recusam os meios simbólicos de controle social a eles disponibilizados e o papel isolador imputado aos doentes mentais.

Antes, porém, gostaríamos de circunscrever a perspectiva parsoniana de mudança societária.

5. O processo de mudança

Para Parsons, “um sistema social complexo, como um todo, nem está estabilizado, nem mudando, mas em diferentes partes e aspectos ocorrem sempre ambas as coisas” (Parsons, 1966:500). Com relação à dinâmica dos e nos sistemas, há que se distinguir: (a) processos internos ao sistema (relativos aos mecanismos de

equilíbrio permanentes que envolvem socialização e controle); e (b) processos de mudança do sistema em relação com o ambiente. Parsons procura rebater as acusações que lhe foram feitas de ter construído um sistema pouco dinâmico e mais afeito à ordem que à mudança, alegando ser falsa a oposição entre estático e dinâmico. Uma boa teoria se aplicaria, segundo ele, às duas ênfases.

Não haveria, na opinião desse sociólogo, fontes primárias de estímulo à mudança, como fatores econômicos ou religiosos. Seria excessiva a preocupação com dinheiro, poder e hierarquia entre os autores que tratam da mudança no campo das ciências sociais. O princípio metodológico central e verdadeira riqueza da análise parsoniana seria a interdependência de uma pluralidade de variáveis, estruturais e processuais, tomadas no contexto das relações sociais (Parsons, 1966:491).

Os interesses criados, já estabelecidos ou processados, são um componente essencial no processo de mudança, mas não o esgotam. O problema desses processos seria sempre uma versão do problema de

por que, dada certa mudança nas condições relevantes, se altera, de certo modo, a pauta constante que é o ponto de referência ou por outro lado, por que não chega a alterar-se frente à alteração de certas condições (Parsons, 1966:481).

Os recursos metodológicos sugeridos por Parsons para a investigação são:

- descrever o estado inicial do sistema (atores/situação), no qual se introduz um processo de mudança, ponderando sobre a adequação das evidências empíricas;
- especificar o que mudou, e por meio de quais estágios intermediários, ou especificar em que direção ocorre a mudança, no caso de estar se iniciando;
- e
- identificar e estabelecer se houve violação dos imperativos funcionais⁶ do sistema para que se proceda à análise dos processos de adaptação e ajustamento, que, por sua vez, dependem do nível de integração do sistema.

⁶ Adaptação, obtenção de fins, integração e latência.

Ou seja, perceber se o processo chega a

comprometer as necessidades motivacionais de grupos importantes da população, a debilitar os controles sobre partes importantes do sistema de poder, a perturbar o equilíbrio no sistema de recompensas de maneira específica, ou a introduzir uma estrutura que é incompatível, em certo sentido, com outras estruturas concretas no sistema (Parsons, 1966:493).

Parsons acha provável que as tensões impostas por processos de inovação tecnológica podem ser fatores de peso na gênese de conflitos, antes de se considerar conflitos de interesses (econômicos e instrumentais).

Com relação às repercussões no sistema de crenças, Parsons ressalta que as "idéias" científicas seriam uma fonte primária de iniciação de mudança no sistema mais geral de crenças da sociedade, em duas direções: a das idéias religiosas e a das ideologias.

As ideologias dos grupos que eventualmente disputam prestígio e poder (como os profissionais, a burguesia e o proletariado) operam com as idéias da ciência de maneira diferenciada. Tensões e reações, neste campo, desempenham um papel importante. Parsons cita como exemplo a cientifização no desenvolvimento do campo da investigação sobre a conduta humana (Parsons, 1966:515). Ele está chamando a atenção para a autonomia dos processos culturais.

O que acontece, para Parsons, é que equilíbrios são destruídos, em razão de um aumento de tensões superior às relativas ao estado de equilíbrio móvel inerente aos sistemas. Então, ou ocorrem resistências entre os interesses já estabelecidos diante de novas mudanças, implicando um resultado tradicionalista, ou a tensão se dá entre setores progressistas, traduzindo-se em movimento revolucionário "radicalmente alienado" (Parsons, 1966:516).

Trata-se, segundo ele, de *desvios*, que acabam ocorrendo freqüentemente, mas que não afetam necessariamente a sociedade como um todo.

Parsons ilustra sua leitura dos processos de mudança historicamente constituídos e da emergência das profissões aplicadas ao identificar *três revoluções: a industrial, a democrática e a educacional*. Elas determinaram, segundo Parsons (1973), a constituição das sociedades modernas. Engendraram mudanças progressivas e evolutivas, na medida em que incidiram sobre limitações constrangedoras da liberdade humana e criaram oportunidades para seu exercício, assim como novos problemas de integração sistêmica.

As três revoluções teriam vários elementos em comum. A institucionalização do individualismo (liberal) estaria na base de toda a transformação ocorrida. Porém,

entre a revolução industrial e a educacional seriam particularmente relevantes as sintonias concernentes à racionalidade apoiada em conhecimento sistematicamente produzido. Para ele, a revolução educacional é:

a manifestação de maior destaque de uma nova fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os problemas de integração, antes que os econômicos ou, no sentido analítico, os políticos, são primordiais (Parsons, 1984:51).

Todo um universo de profissões, com os seus respectivos espaços de legitimação, surgiu no contexto dessa revolução, ocupando o lugar anteriormente reservado ao elitismo aristocrático e fortalecendo os processos de modernização.

A universalização da educação formal teria reduzido significativamente a ignorância e viabilizado a utilização do conhecimento em prol dos interesses individuais e coletivos, e a implementação de valores: “conhecimento potencializa a ação racional” (Parsons e Platt, 1973:3). Seria a lei da racionalidade crescente, que, segundo Parsons, daria direção ao seu esquema analítico sistêmico, afirmando uma busca de realização de normas racionais em quaisquer sistemas de ação em processo de mudança (Parsons, 1968:911).

A revolução educacional seria a variável mais importante em toda uma rede de extensivos processos de mudança que permeariam a sociedade. Parsons enfatiza toda uma perspectiva cibernética, em que o processamento institucionalizado da informação ou do conhecimento ocupa lugar de destaque na organização hierárquica dos sistemas, e os atores privilegiados desse processo seriam os profissionais e especialistas.

Com a revolução educacional, teriam ocorrido uma expansão do sistema cultural e uma sofisticação dos mecanismos funcionais de latência e integração, mediante a criação de códigos teóricos, de cunho racional, que se convertem em valores, normas e, finalmente, instituições sociais (Parsons e Platt, 1973:15).

A problemática das instituições psiquiátricas e os processos de mudança institucional que nos interessam teriam ocorrido neste cenário “revolucionário”. Aqui, a revolução e a mudança ganham colorido normativo e se sustentam pelo aumento da oferta de meios simbólicos de controle, que, no caso, seriam valores acordados e influência, se consideramos o sistema social; e definição de situação e afeto, se tomarmos o sistema de ação, legitimados por conhecimento/verdade. Trata-se de um processo de institucionalização ou de expansão institucional. O psiquiatra e o doente mental, como relação social significativa, só tem sentido no contexto da formalização

da prática médica e de suas posteriores especializações e diferenciações, em confronto com as instituições religiosas, como afirmou Foucault, na *História da loucura* (1978).

As universidades e as instituições de pesquisa ganham centralidade nesse processo e geram dois tipos de atores: os intelectuais, no contexto dos sistemas culturais, e os especialistas, que se ocupam da conversão do conhecimento em formas de aplicação no sistema social. No caso da *Luta Antimanicomial*, as universidades estariam no centro de grandes conflitos, que ora impulsionaram ora obstaculizaram a ação reformista, como veremos mais adiante, na figura dos acadêmicos – professores e alunos.

O psiquiatra seria, nessa perspectiva, fruto dos processos de racionalização advindos da revolução educacional e da modernização. Ele pode ser abordado como ator em duas perspectivas: no exercício de uma das novas profissões aplicadas; e como um ator particularmente sintonizado com a reflexão sobre a condição humana. No primeiro caso, seria aplicável a função integrativa, tal como a qualifica Parsons; no segundo, o principal impacto seria na definição de situação, capacidade de interpretação e argumentação.

Mas para o fundador do estrutural funcionalismo a ocorrência de um movimento de mudança *revolucionário* realmente impactante e capaz de produzir modificações estruturais ou institucionais depende, então, de uma forte *motivação alienativa*. Esta deveria ser capaz de ultrapassar mecanismos de controle que lhe são contrapostos e, sem dissipar-se em fantasia, delírio, enfermidade mental ou outras formas, organizar-se em um grupo ou subcultura desviantes. A construção de *solidariedades e de simbolização* possibilita a evasão em relação às sanções inerentes à interação social dita *normal*.

Parsons retoma, ao que parece, o problema da motivação, que ele tanto se esforçou em criticar, para justificar a emergência de um processo de mudança, sem, no entanto, indicar como as solidariedades e a nova simbolização seriam geradas. A mudança, como processo, passa, então, a ser referida ao ator desviante.

Ele afirma ainda que se a cultura de um grupo desviante, "como a de um bando de delinquentes, segue sendo uma 'contracultura'" (Parsons, 1966:518), dificilmente chega a se expandir. É necessário desenvolver uma ideologia capaz de sustentar a pretensão de legitimidade, tomando como suporte a ideologia já institucionalizada. Finalmente, superados esses desafios, a consolidação da

mudança irá depender da estabilidade do sistema a ser desafiado e de suas relações com o equilíbrio da sociedade.

No entanto, para Parsons, os movimentos de mudança que cumprem essas trajetórias conteriam importantes elementos utópicos, que seriam confrontados no processo de desenvolvimento de estruturas adaptativas, uma vez que teriam que fazer concessões ao longo do esforço de reorganização, já em uma posição de controle. A composição motivacional do movimento se revela ambivalente. É como se surgisse a necessidade de resgatar elementos da velha ordem institucional e, conseqüentemente, a tendência a mitigar o radicalismo dos primeiros momentos (revolucionários). Além disto, surge o desafio de educar ou disciplinar aqueles grupos que passam a ser objeto das operações oriundas do movimento de mudança. Assim, a preocupação deixa de ser com a *propaganda* para a conquista de apoio voluntário, mas com o domínio da situação mesma. É gerado um movimento que se contrapõe ao inicial.

O tipo de estrutura motivacional que se encontra implicado na participação e atração de um movimento revolucionário *contra* o sistema institucionalizado, não pode ser, naturalmente, o que a 'nova sociedade' tende a desenvolver em seus membros através da socialização. [...] um movimento revolucionário tem que pagar o preço do triunfo. Não se pode ter o pastel das vantagens motivacionais da rebelião e comê-lo, sendo o foco de institucionalização de uma ortodoxia. Assim, cessa de ser um movimento revolucionário (Parsons, 1966:524).

Há de se convir que, ao aportar no tema da mudança, o modelo parsoniano se torna paradoxal. Na verdade, não parece haver saída para um movimento de mudança "revolucionário" senão a readaptação sistêmica e o retorno à norma. A necessidade de socialização e controle do sistema pelos atores outrora desviantes coloca-os em uma direção contra-revolucionária. É sempre gerado um movimento que se contrapõe ao original.

Os padrões normativos podem oscilar e, até, circunstancialmente, mudar, mas têm que se haver com a ordem constituída e com as direções de racionalização. O ator, em suas relações, digamos, situadas, encontra uma posição desconfortável na construção da ação e na proposição de normas inovadoras. Ele, desde sempre socializado, parece só poder operar mudanças em circunstâncias de desvio ou acidente, e o problema da ordem se recoloca. Como é possível que, por exemplo, o psiquiatra se distancie criticamente das orientações avaliativas disponíveis a ponto de resistir e reinventar as instituições sociais? Além disso, reconstruir significaria sempre recuperar as referências normativas. A reflexão, tomada no limite das individualidades, seria um mecanismo suficiente? Neste caso, o ator seria incitado

pela sua singularidade desviante? Que papel a informação teria e quais seriam os enquadres institucionais que lhe dariam sustentação?

A mudança em Parsons parece ou advir de fora dos atores, apesar de a manutenção da ordem tê-los ao centro, dada a relevância do sistema cultural do ponto de vista cibernético e dada a maneira como as *revoluções* são definidas, ou ganhar um caráter randômico, na medida em que está equacionada como desvio oriundo do campo motivacional. Neste último caso, retornaríamos à infecunda polarização entre altruísmos e egoísmos.

No entanto, ao pensar os grupos profissionais, a resposta a este problema pode ganhar novos contornos. O ator, como um profissional, e, no caso que enfocamos na tese, como um médico psiquiatra, está inserido em um contexto institucional específico e opera com recursos importantes no que concerne aos meios simbólicos de controle: os recursos de informação ou cognitivos de definição da situação e capazes de influenciar os processos de integração social. O processo de mudança deveria ser tratado dentro, e não fora, dos contornos institucionais. Caso contrário, seria necessário supor a possibilidade de construção de ação estruturada fora desse ambiente, e não institucionalizada, sem retornar ao suposto estado de natureza hobbesiano e ao individualismo utilitarista já criticado.

Interessa-nos aqui, imediatamente, a discussão que concerne ao modo como os profissionais, especificamente médicos psiquiatras, passam a ser determinantes em processos de integração social. Mas isto exige que compreendamos sua capacidade de produção de informação, racionalidade (normatividade em situação funcional de latência, para empregar os termos de Parsons) e crítica com relação aos padrões estabelecidos, além da identificação de ocasiões de troca nas relações sociais e sistêmicas. Os meios simbólicos de integração dos profissionais que nos interessam seriam: valores acordados, definição de situação, influência, afeto⁷ e, obviamente, inteligência. Estes meios não excluem, porém, o emprego de outros, como a possibilidade de operação com o poder e o dinheiro no sistema social (Parsons e Platt, 1973:24, 25). O que se evidencia é a ponte entre a cultura cognitiva e as preocupações da comunidade societária inerentes ao exercício das profissões aplicadas, que, no caso do *Movimento de Luta Antimanicomial*, implicou uma aliança entre profissionais e leigos, entre psiquiatras e doentes mentais. A ética profissional

⁷ Lembrando, com Almondo (1998:161), da intenção parsoniana de sustentar elementos não estritamente racionais em seu esquema analítico.

corresponderia, na medicina e na psiquiatria, aos acordos morais e valorativos estruturados, porém, segundo uma perspectiva racional e modernizante (Parsons e Platt, 1973:374), antes que desviante.

Os profissionais, destacadamente os psiquiatras, seriam, ao mesmo tempo, resultado e vetor de mudanças. Resultado de todo um complexo processo histórico e sistêmico, e vetor no que concerne a suas intervenções no complexo cognitivo e na sociedade. Trata-se de continuidades cooperativas entre especialismos e cotidianidade (Almond, 1998:162). Parsons identifica a ação racional dos grupos profissionais institucionalizados como um vetor de regulação, incremento e complexificação da modernidade e como mecanismo de integração social e sistêmica (cibernética). Ele fala de revolução educacional neste sentido e descreve especificamente a estrutura normativa da relação médico-paciente.

A perspectiva desenhada por Parsons justificaria que sociólogos, psicólogos, educadores, assistentes sociais, médicos, etc. sejam chamados sistematicamente a responder diante de problemas de integração social ou de reintegração em questões, por exemplo, relativas à violência, ao mal-estar, à sociabilidade, aos conflitos, às injustiças sociais. Afinal, num plano prático, as profissões penetram em áreas em que anteriormente reinavam os dispositivos do senso comum. Os profissionais, cuja *atitude desinteressada* nasceria do seu empenho cognitivo (Almond, 1998:167), realizam mediações entre necessidades individuais e necessidades funcionais, de modo a contribuir para a regulação e equilíbrio sistêmica nas sociedades modernas.

6. Críticas ao modelo parsoniano

As primeiras críticas a esta perspectiva foram advindas do interacionismo e da etnometodologia, que, de modo geral, colocaram em cena os consumidores dos serviços, que, por meio de suas demandas e características sociais, condicionam o status dos profissionais, golpeando a concepção de neutralidade técnica e enfatizando a fragilidade do controle ético⁸. Mas essas críticas minimizaram os aspectos macrosociológicos e privilegiavam as estratégias de interpretação, tipificações e rotulações dos atores em processos interativos. O campo de ação

⁸ Como Howard Becker, 1952, em "Social-class variation in the teacher-pupil relationship" (Journal of Educational Sociology, n. 25); O. Hall, em 1948, no artigo "The stages of a medical career" (American Journal of Sociology, vol. 53, n. 5) e D. Rueschemeyer, 1965, em "Doctors and lawyers: a comment on the theory of the professions" (Canadian Review of Sociology and Anthropology, n.1), conforme informa Barbosa (1993).

resulta como insuficientemente estruturado, menos atento à contextualização e pouco permeável às análises de poder, nesta perspectiva.

No que concerne ao trabalho investigativo referente à fenomenologia no cenário das instituições psiquiátricas, o trabalho do sociólogo Erving Goffman é fundamental. Ele faz uma importante discussão sobre o *institucionalismo* (Goffman, 2001), que se contrapõe frontalmente à idealidade dos processos de socialização e institucionalização tão enfatizados por Parsons. Goffman revela em suas pesquisas, que datam dos anos 60, o poder de destruição de pessoas do hospital psiquiátrico. A desqualificação, a valorização ridicularizante do grotesco, a ambigüidade, a subserviência, a violência consentida nos hospitais psiquiátricos, etc são dispositivos institucionais de cronificação a que os técnicos e funcionários recorrem na construção da “carreira moral do paciente”. Este processo, não raro, resulta em um quadro de apatia, ausência de iniciativa e interesse, indiferença e submissão, que, ao invés de propiciar melhoras, produz cronificação e agravamento do mal-estar psíquico. Mas, ao mesmo tempo, Goffman qualifica a relação social entre clientes e profissionais de saúde mental apoiando-se em (Parsons)⁹.

Mas as críticas ao modelo parsoniano são muito numerosas. Lembremo-nos, por exemplo, dos posicionamentos de dois grandes sociólogos, como Norbert Elias e Anthony Giddens.

Elias (1993 e 1994) é um crítico contumaz de Parsons e do funcionalismo em geral. As categorias básicas do estrutural funcionalismo parsoniano seriam, a seu ver, arbitrarias. Reduziriam o esforço analítico à esquematização de conceitos antitéticos, com forçosas homogeneizações e simplificações, que resultam em empobrecimento teórico e empírico. Parsons faria isto, por exemplo, ao aplicar o esquema de variáveis padrão. A dicotomia afetividade x neutralidade afetiva é, por exemplo, concebida a partir de uma oposição entre comunidade e sociedade (Tönnies), e a partir desta analogia aplica-a a todas as sociedades, com variações em graus, tal como se fossem quantidades de substâncias químicas. Parsons não estaria aberto, do ponto de vista de Elias, à percepção da complexidade e das peculiaridades das diversas sociedades.

Com relação à oposição entre personalidade e estruturas sociais, estas seriam tratadas como entidades de existência independente, sendo a primeira

Comentário: ELE INDICA O “The mental Hospital as a type of organization” em M. Greenblatt, D. Levinson e R. Willians (orgs), The patient and the mental hospital, Glencoe, III. , The free press, 1957, p.115. PROCURAR!!!!!!!!!!!!

⁹ Remetendo ao artigo “The professions and the social structure” e ao livro *Economy and society*, de Parsons e Smelser (Goffman, 2001:266).

entendida como "real" e a segunda como epifenômeno ("irreal"). Conformam planos diferentes no universo humano que, como em Durkheim, se interpenetram. Trata-se, para Elias, de uma divisão da imagem da humanidade entre a figura de um indivíduo auto-suficiente, livre, cuja personalidade é fechada em si, e um todo social igualmente contido em si mesmo. Em Parsons, o indivíduo ora é "ego", ora é "caixa-preta", recipiente fechado onde ocorrem processos individuais. Seja lá como for referido, não é objeto da investigação. Elias se pergunta sobre quais seriam os limites, a fronteira entre o interno e o externo no homem. Apesar de Parsons ter conhecimento da teoria psicanalítica, ele não teria incorporado a concepção, tão importante desta disciplina, de que o ator individual está permanentemente envolvido em processo de crescimento aberto e em indissolúvel interdependência com outros indivíduos. O ator individual e o sistema social, no máximo, se interpenetram na perspectiva de Parsons. Haveria uma inadequação entre estas concepções: indivíduos exteriores à sociedade e a sociedade fora dos indivíduos. Elias entende isto como uma "armadilha conceitual", cuja saída estaria no desenvolvimento de estudos empíricos de tal maneira que estes dois conceitos sejam referidos a processos.

Já a concepção parsoniana do sistema social implicaria uma série de concepções equivocadas. Todas as partes do sistema estariam harmoniosamente sintonizadas e equilibradas: os atores, sintonizados em relação a um mesmo conjunto de normas, submetidos a um processo de socialização comum, bem integrados no que concerne ao respeito a valores e desempenhando, sem dificuldade, os papéis a eles atribuídos. Os conflitos nos sistemas seriam raros e indicariam disfunções.

Essas concepções de Parsons tiram sua inspiração, na opinião de Elias, de um modelo de sociedade idealizado, comportando um relativamente alto grau de igualdade e uniformidade entre os indivíduos, sugerindo a idéia de uma nação-Estado democrática. O problema que se coloca é a indistinção entre o que "é" e o que "deve ser". Ou seja, os modelos de sistema social estariam centrados no presente, em experiências específicas, não resistindo a testes de aplicabilidade em sociedades escravocratas, feudais ou outras.

Na perspectiva de Elias, enfim, a recusa em relação à visão parsoniana quer se traduzir em uma identificação de dinâmica societária, resgate de temporalidade

(história), aproximação em relação à realidade empírica e tentativa de superação da clássica dicotomia entre agente (ator/indivíduo/grupo) e sociedade (sistema social).

Giddens (1989, 1993 e 1997), por sua vez, já reconhece que Parsons estabeleceu, a partir de *A estrutura da ação social*, uma "linhagem sistemática" para a teoria social ao dialogar com o pensamento europeu do final do século XIX e início do século XX (Durkheim, Weber, Pareto, Marx). Seu esforço teria resultado em enorme impacto nas ciências sociais, tendo influenciado, direta ou indiretamente, toda a produção que o sucedeu e a ele mesmo. Mas haveria necessidade, para Giddens, de uma ruptura radical com este autor e seu quadro de referência. Segundo ele, a despeito da terminologia de Parsons do "quadro de referência da ação", em seu esquema teórico, o objeto (sociedade) predomina sobre o sujeito (o agente humano cognoscitivo). Na sua opinião, o conjunto da obra de Parsons retrata uma tendência do voluntarismo a uma perspectiva reificadora, sistêmica e funcionalista. Não se trata de recuperar a primeira parte e se distanciar da segunda, mas reconhecer, no próprio voluntarismo de Parsons, o que ele chama de "vícios de origem". Estes vícios se referem ao fato de este voluntarismo estar desde sempre vinculado ao problema parsoniano da ordem, cuja resolução se dá na demonstração de que os atores internalizam valores sociais compartilhados, garantindo, desta forma, a coesão social. Nesta perspectiva, pouco ou nenhum espaço é reservado à cognoscitividade dos atores nas práticas sociais. Haveria, portanto, um certo fascínio pelo consenso de valores ou pelas ordens simbólicas, em detrimento de aspectos práticos, cotidianos, da prática social. A ênfase recai sobre uma ordem legítima, normativamente coordenada, que operaria como determinante global ou programador de conduta social.

Na leitura de Giddens, o estrutural funcionalismo de Parsons enfatizou excessivamente o impacto das conseqüências não premeditadas da ação. O funcionalismo e o estruturalismo erram, na medida em que suprimem ou reduzem as razões dos agentes e procuram as origens de suas atividades em fenômenos que esses agentes ignoram. Encorajaram também a visão das sociedades como entidades nitidamente delimitadas e dos sistemas sociais como unidades dotadas de grande integração interna.

As críticas de Elias e Giddens em direção a Parsons são bastante sugestivas, mas se prestam também como indicadores da importância e densidade da obra deste último. Afinal, as fronteiras e articulações entre ator, agência e estrutura não

foram ainda superadas como desafio analítico nem por estes sociólogos¹⁰. São problemas do dualismo da experiência social.

Pode ser ainda “cedo demais” para abandonar Parsons e “tarde demais” para sustentá-lo como o sintetizador dos modelos de ação humana (Baert, 1989; Mouzelis, s.d.). Para nós, ainda não é o momento para perdê-lo de vista.

Para explorar os limites da obra de Parsons, recorreremos a Habermas, que reitera muitas das objeções que indicamos em Elias e Giddens. Retomaremos a crítica aprofundada que o filósofo faz de Parsons e as conseqüentes reinterpretações que formatam a sua *teoria da ação comunicativa* (proposta no início dos anos 80) e a visão dualista da sociedade. Em Habermas, situamos a possibilidade de ações coletivas de resistência às pressões sistêmicas e a reflexão sobre processos de integração social, imanentes à sociedade e ao mundo da vida. Nele, localizaremos também a figura dos profissionais e a tematização dos movimentos sociais, além de situar sua discussão sobre as esferas públicas, articulando-a com o conceito de sociedade civil.

Entendemos que a reflexividade oriunda dos espaços públicos é que subverte a razão psiquiátrica, por não lhe conferir certezas, aprioristicamente, e por estilhaçar seus consensos apoiados nos pressupostos de neutralidade científica, além de revelar nela os traços de um tradicionalismo perverso, na medida em que produz, efetivamente, violência, e não integração. Assim, procuraremos construir uma crítica ao processo de mudança e às instituições em Parsons, mas valendo-nos de uma teoria social estruturada. Procuraremos também fazer interagir os atores promotores de mudança, definindo-os, no entanto, a partir de um contexto institucional, conflitual e comunicativo.

¹⁰ Sobre este assunto, ver a discussão de Alan Dawe (In: Bottomore e Nisbet, 1980).